

Magistrados do Brasil - Doutor EDUARDO MAYR; d) Em nome do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria de Justiça, da qual é titular, o Professor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES ratificou os objetivos pautados do Congresso e, endossando as formulações da Reitoria da UEL, agradeceu a ilustre presença dos Conferencistas e dos participantes; em especial do CNPCP. Disse naquela oportunidade que o Governo do Estado emprestará todo o apoio que se fizer necessário à consecução das conclusões que advirem do evento; e) O Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, Secretário da Cultura do Estado do Paraná proferiu palestra sobre "A cultura da violência e o panorama da crise". III- Encerramento - Pelo Presidente do Congresso e da mesa de trabalhos, foi encerrada a solenidade de abertura daquele conclave. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 136ª REUNIÃO (21.08.88) MANHÃ

As 8:30 do dia 21 de agosto de 1988, em sua quarta sessão descentralizada, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Londrina/PR, na Sede do II Congresso Brasileiro de Criminologia. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGERIO LAURIA TUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA. I- PAINEL I - Crime - Em prosseguimento aos trabalhos do Congresso, o PAINEL I, do Crime, foi presidido pelo Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI com a Coordenação do Secretário de Justiça/PR - LUIZ CHEMIN GUIMARÃES; os Relatores do mencionado PAINEL, foram o Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e o Procurador da Justiça/RJ - JOÃO MARCELO DE ARAUJO JÚNIOR. O primeiro relatório, proferido pelo Professor JOÃO MARCELO, foi intitulado de "EVOLUÇÃO DO CONCEITO CRIMINOLÓGICO DE CRIME" cujo desdobramento compreendeu os seguintes tópicos: a) Introdução; b) O conceito de delito natural; c) O conceito neojusnaturalista; d) O conceito sociológico de crime; e) O conceito radical. Ao finalizar sua ampla e bem estruturada exposição, concluiu assim: "Como acabamos de ver, pelos mais diversos caminhos, os criminologistas buscam a segurança de um conceito de crime que lhes seja próprio, mas, em realidade, ainda, estamos todos muito longe de alcançar esse resultado e, a rigor, não saímos, praticamente, do marco inicial, por que, as mesmas críticas que outrora eram feitas ao conceito de delito natural, poderão hoje, mutatis mutandis, ser colocadas para o conceito de violação aos "direitos humanos politicamente definidos". A imprecisão, continua sendo a mesma, embora a Criminologia Radical tenha invertido os termos da equação conceitual do crime. Esta, para a Criminologia Tradicional, justificadora do sistema de poder, era - "definição legal de crime/dano social". Na Criminologia Radical, passa a ser - "relações sociais danosas/crime" (47). Embora em menor escala, também, o conceito radical é subjetivo e de certa forma arbitrário. Por isso, no próximo 10º Congresso Internacional de Criminologia, a ser instalado em Hamburgo, no próximo dia 4 de setembro, o tema será incidentalmente abordado na sessão destinada a "Crise da Sanção Penal, seu sentido e novas perspectivas". Finalmente, quer sejamos, tradicionalistas, liberais, críticos ou radicais, o que nos parece certo, depois de todo o exame que acabamos de fazer, é que um conceito de crime absolutamente alheio às valorizações normativas é extremamente difícil de ser alcançado. O conceito formal de crime por mais fragmentário, arbitrário, variável e ideologicamente comprometido devesse servir, pelo menos, de ponto de partida para a investigação criminológica, seja, para aqueles que pretendem justificar o sistema, seja para os que desejem criticá-lo e revertê-lo. Isto, porque, só através do conceito normativo de crime, é que, em última ratio, serão estabelecidas as relações mais fecundas entre a Criminologia e Direito Penal; ciências que não podem se divorciar sob pena de poder ocorrer a reversão das conquistas de liberdade e garantia já obtidas. Direito Penal sem base criminológica é arbitrio e Criminologia sem a dimensão jurídica é o caldo de cultura das ditaduras. Daí dizermos, com ROBERTO LYRA, que "o criminólogo partilha das definições legais de crime, mas não se subordina a elas" (48). Sua capacidade crítica lhe proporcionará os instrumentos necessários a buscar a realidade social e ajustá-la a ela. Aliás, estas são as modernas posições de Muñoz Conde, Kaiser, Baratta e Figueiredo Dias nas obras já citadas. cremos, que somente assim, poderemos continuar lutando pelo aprimoramento das instituições e pela garantia do homem, com os olhos fixos no futuro, tudo fazendo para que a sociedade de amanhã seja outra, fraterna e justa, onde os homens se distingam uns dos outros, apenas, pela capacidade que tiverem de amar e de criar e possam, assim, desenvolver, livremente, a sua personalidade". O segundo relator, Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, em uma exposição sintética e precisa abordou o tema "Anomia", cujo teor segue: "Nômos é a convenção, o costume e a norma. Anômos o seu avesso, como o tanto surge qual antônimo do direito. Anormal e anômico cifram-se, então, num mesmo sentido. Anomia é instante de negação das leis. Traz consigo a instabilidade, mas na superfície. Subjacente acha-se a ausência de organização e de coordenação individual ou social, pelo desprezo normativo. O plano moral e o jurídico, assim desfuncionalizados, cruzam-se e fragmentam a conduta. Desvalor e desordem surgem presentes. O uso das palavras remonta aos teólogos quinhentistas ingleses. Emile Durkheim a retoma e vulgariza ("La division du travail social", liv. III, cap. I e "Le Suicide", cap. V). O termo passou a correr. Interessou religiosos, sociólogos, políticos e juristas, que se uniram para entendê-lo, mais ou menos, como um estado patológico de extrema violação das leis, ao empuxo do individualismo ou do egoísmo, conducente à desmoralização e à desinstitucionalização (R. Merton e T. Parsons). Não há anomia total - Na paz ou na guerra, a anomia total não existe. Mesmo a aliança guarda sua estética. Os libertários do século XVII (Amatrico de Bena) ou os anarquistas de ontem e de hoje (K. Marx, M. Stinner) não se afastam da necessidade de certa orgânica, ou de ordem normativa. A sociedade jamais se mostrará, por inteiro, anômica, nem os grupos, nem as pessoas. Só a tendência desviante, o grau de contrariedade às leis, interrompe mais visível em momentos de crise. Impossível é dizer quando atingirá o nível excessivo, que leva a reação-remédio, arredante da desagregação absoluta. A medida da intolerabilidade se conhece a posteriori. Percebe-se, apenas, que há, sempre, um núcleo de regulamentação - ainda que pe-

quena, incompleta e insegura - que não se deixa atingir, abstração feita à dissociação que o envolve. Resultado: tensão e conflito - Em tais movimentos vige a força, a fraude e a facticidade (Neal e Retting). A ameaça e o constrangimento tornam-se comuns. O engodo e a malícia suam a planta a competência. Evanui-se a razoável perspectiva de futuro e nada se pode planejar. Rompe-se quase toda a solidariedade social, atingindo os laços interindividuais. Estabelece-se a tensão e o conflito. A anomia, portanto, opera e funciona qual fator crimínogeno, pela oscilação entre a desobediência tolerada e a impunidade ostensiva. O delito afloresce, pois, como resposta esperada em face das estruturas sociais anômalas. Solução que, sem culpa ou medo, se acentua na medida em que se abrem as oportunidades ilegítimas (R. Cloward e L. Ohlin). O esquema desenhado, à toda luz, exsurge teórico, simples arquétipo, no sentido corrente. Como conhecimento especulativo e abstrato encontra-se sujeito a invalidar-se, no primeiro impacto com a realidade cotidiana. A experiência é que conta. Rousseau já nos fez notar que Esparta deixou dormir suas leis, por um tempo". O Coordenador dos trabalhos, Professor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, apreciou, comentou e ratificou as exposições ora mencionadas. Igualmente, o Presidente do PAINEL, Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, encerrando a apreciação da coordenação, transmitiu cumprimentos aos expostos e, após, encerrou os trabalhos. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 137ª REUNIÃO (22.08.88) MANHÃ

As 09:00 do dia 22 de agosto de 1988, em sua quarta sessão descentralizada, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Londrina/PR, na Sede do II Congresso Brasileiro de Criminologia. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e RUY DA COSTA ANTUNES. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ROGERIO LAURIA TUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Dos temas pautados para o Congresso, merece em especial atenção os painéis que enfocaram o "modelo penitenciário". I- PAINEL V - Modelo Penitenciário para o Brasil - Com a Presidência do Secretário de Segurança Pública/PR, Doutor ANTONIO LOPES NORONHA e a Coordenação do Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, o assunto em questão foi relatado pelas seguintes autoridades: ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR - Procurador do Estado do Rio de Janeiro, NEGI CALIXTO - Desembargador do Estado do Paraná e ARMIDA BERGAMI MIOTTO, Professora de Direito Penal e Penitenciário do curso de pós-graduação da UDF-Brasília. O primeiro Relator, Professor ANTONIO VICENTE, centrou suas palavras na premência de modificação da Lei de Execução Penal; o segundo Relator Desembargador NEGI CALIXTO, disse que o Modelo Penitenciário Brasileiro, depende da Nova Constituição, tendo em vista que nela foi incluída a determinação de que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos. De acordo com o Relator, o artigo 5º da Carta estabelece prisões separadas para cada tipo de criminoso. A classificação do apenado será de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, além de idade, sexo, condição cultural e antecedentes criminais. Para o Relator, a penitenciária brasileira não deve continuar como um depósito de presos, em que são misturados indivíduos de formação, idade, condição cultural e delitos diferentes. É essa mistura, segundo ele, que transforma o sistema penitenciário em escola para o crime, fazendo com que condenados primários sejam especializados para novos delitos, além de acumularem nos anos de cativeiro a revolta pelo sofrimento que passaram quando permaneceram presos. Criticando alguns políticos em campanhas eleitorais, o desembargador diz que "já foi superada a teoria de que se deve construir escolas, e não presídios". Para reforçar sua tese, ele afirmou que os presídios são também escolas, que devem ensinar os condenados a se reintegrarem na sociedade, através da formação educacional e profissional. Mas para que a penitenciária brasileira seja transformada em escola, considera fundamental o papel da instituição governamental, que deve cumprir com o que estabelecerá a futura Constituição: "A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com o grau de periculosidade do criminoso". Segundo ele, a decisão de mudar o modelo penitenciário está nas mãos do Governo, que para isso, deverá construir mais presídios. Como consequência positiva deste tipo de medida, acredita na diminuição ou até mesmo no fim das reincidências criminais. Em síntese, a opinião do Relator é de que a nova Constituição se for cumprida, resolverá o problema da execução penal, mas o alto índice de crescimento da criminalidade deverá continuar: "Porque a criminalidade tem origens complexas, de ordem econômica e social, principalmente". Para ele, enquanto não forem resolvidos os problemas sociais, o analfabetismo, a subnutrição do povo, a falta de saúde e má distribuição de renda no País, a criminalidade vai continuar crescendo. Afirmando que no Paraná a intenção do Governo é de construir novos presídios e até mesmo interiorizar as penitenciárias paraenses, tendo em vista que o criminoso não pode ser tirado do seu meio social, defendeu também o presídio-trabalho, para evitar a massa ociosa de presos que hoje se encontra nos presídios do Brasil. Ao finalizar disse que é preciso ter esperanças de que o Governo Federal cumpra com o que determinará a futura Constituição, construindo presídios para poder praticar a reclusão diferenciada para os distintos tipos de condenados. A Relatora Professora ARMIDA BERGAMI MIOTTO, que também ministrou o curso "Elementos do Penitenciário" no congresso, defendeu que os presos sejam tratados com dignidade nas casas de prisão provisória onde ficam antes de serem julgados. Disse não conhecer nenhuma entidade que cuide desse tipo de preso. Algumas cuidam dos egressos, outras dos apenados, mas essa área fica desamparada, criticou a professora. Segundo ela, esse tipo de assistência pode evitar a desagregação da personalidade e a perda do contato com a sociedade e a família do preso que está aguardando o julgamento onde pode, inclusive, ser absolvido. "Todo provisório é inocente, enquanto não for condenado". Esse tipo de prisão deveria ser rápida, apenas alguns dias ou meses, mas no Brasil ela chega a durar anos. Comentando que a falta de assistência ao provisório pode gerar um delinquente fora da cadeia, quer ele seja inocente ou libertado, e um apenado com mais facilidade de contágio pela prisionalização - conjunto de tudo que existe de negativo na prisão. Sobre o aumento da criminalidade no País, a professora de